

200  
13.01.97  
Anc XXXV nº 8  
pág 1  
659

DESPACHO Nº 40, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996

INSTITUTO	SOLIDARIEDADE
data	04 / 02 / 97
cod.	TDD 000/8

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1526/96. Referência: Terra Indígena COMBOIOS. Interessado: Grupo Indígena Tupiniquim. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1526/96, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria dos antropólogos Carlos Augusto da Rocha Freire e Carlos Alberto Montes Peres, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena COMBOIOS, de ocupação do respectivo grupo tribal Tupiniquim, com superfície e perímetro aprovados de 3.800 hectares e 51 km respectivamente, localizada no município de Aracruz, Estado do Espírito Santo.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

JÚLIO MARCOS GERMANY GAIGER

RESUMO DO RELATÓRIO DE REESTUDO DA IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA COMBOIOS. ADEQUADO À PORTARIA Nº 14/MJ/96.

Referência: Processo nº 08620.1526/96. Denominação: Terra Indígena Comboios. Localização: Município de Aracruz. Estado: Espírito Santo. Superfície: 3.800 ha. Perímetro: 51 km. Sociedade Indígena: Tupiniquim. População: 243 indivíduos. Delimitação: Grupo Técnico (GT) Portaria nº 783/PRES de 30 de agosto de 1994, coordenado pelo antropólogo Carlos Augusto da Rocha Freire.

Originariamente Tupi, os índios hoje falam apenas a língua portuguesa. Atualmente na T. I. Comboios homologada pelo Decreto nº 88.601, de 7 de agosto de 1983 com 2.546 ha, há uma aldeia central, localizada junto ao posto indígena, e residências dispersas ao longo da faixa da Terra Indígena, tanto ao sul quanto ao norte, onde se procura aproveitar extensivamente, com diversos roçados, o solo empobrecido.

**HISTÓRICO**

As informações históricas indicam que os Tupiniquim, que pertenciam ao tronco lingüístico Tupi, ocuparam desde tempos imemoriais uma faixa de terras que se estendia ao longo do litoral, desde Camamu na Bahia, até o rio Cricaré no Espírito Santo, existindo ainda grupos de Tupiniquim ao sul do Estado do Rio, entre Angra dos Reis e Cananéia (SP).

John Hemming estimou que a população Tupiniquim, no início da colonização portuguesa, somava cerca de 55 mil índios. Por habitarem o litoral, os Tupiniquim sofreram de imediato os impactos da implantação do projeto colonial português.

Ao verem seus territórios invadidos, os Tupiniquim ofereceram resistência e passaram a receber duro tratamento da Coroa portuguesa. Mem de Sá que destruiu inúmeras aldeias do grupo, deixou registrado um minucioso relato sobre o significado, para os Tupiniquim, desse período, ao descrever uma de suas incursões:

"... entrei nos Ilhéus, fui a pé dei na aldeia e a destruí e matei todos os que quiseram resistir e a vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias ... de maneira que nenhum Tupiniquim ficou vivo ... e os puseram ao longo da praia na ordem que tomavam os corpos perto de uma légua" (v. Darcy Ribeiro e Carlos Moreira Neto, "A Fundação do Brasil", p.29).

A implantação dos aldeamentos jesuíticos no século XVI teve importante papel na realização do projeto colonial e contribuiu para o processo de descaracterização étnica e cultural dos índios Tupiniquim. A aldeia jesuítica era um local previamente escolhido pelos colonizadores para onde os índios de diversas etnias eram levados e onde lhes era imposto uma mesma língua, uma mesma religião, como código uniformizador.

Em 1556, na região do rio Piraquê-Açú, foi fundada pelo jesuíta Afonso Brás, a Aldeia Nova, que, no entanto, logo entrou em decadência após um surto de varíola e também em razão dos problemas causados pelo excesso de formigas que destruíam as plantações.

A fundação do aldeamento dos Reis Magos, em 1580, acentuou o esvaziamento da Aldeia Nova, que passou a chamar-se Aldeia Velha, hoje Santa Cruz, localizada no atual município de Aracruz. A partir de então, Reis Magos se constituiu em importante pólo de atração dos índios da região.

Em 1610, o superior jesuíta da aldeia dos Reis Magos, padre João Martins, requereu e obteve em nome dos índios a doação de uma sesmaria de terras. A sesmaria tinha como ponto de referência o sítio chamado na língua da terra "Iapara", a partir do qual seriam demarcadas seis léguas em quadra.

O Termo de Concerto e Composição de 1760, regularizou a sesmaria doada em 1610, estabelecendo os limites de domínio dos índios de Nova Almeida - antiga Reis Magos - que foram medidos e demarcados a partir de um lugar chamado Patranha (entre Jacaraípe e Capuaba), indo até Comboios, tendo por extensão, em direção norte-sul, pela costa do mar, nove léguas e novecentos e seis braças e meia (61,4 km) e seis léguas (39,9 km) para o sertão, correndo o rumo de leste-oeste.

Em 1815, o Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, em viagem pelo litoral do Espírito Santo, percorreu alguns aldeamentos indígenas e registrou seus meios de sobrevivência e padrões de moradia. Em Nova Almeida, havia uma grande aldeia de índios civilizados que tiravam a subsistência das plantações de mandioca e milho, além de exportarem lenha e artigos de cerâmica.

Uma outra aldeia indígena, situada pouco acima da Aldeia Velha, às margens do Piraquê-Açú, reunia considerável número de índios que se alimentavam principalmente de moluscos e peixes, daí haver nas margens do rio grandes montes de conchas. Ao percorrer a costa até o quartel do Riacho, Neuwied passou por habitações de índios localizadas a grande distância umas das outras. Na praia de Comboios, observou famílias indígenas carregando cestos cheios de ovos de tartaruga.

DOU  
13-01-97  
TDDN(2)  
Sec 1  
660

Em 1818, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, em viagem pelo Espírito Santo, constatou que os rios Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim tinham grande importância econômica para os índios Tupiniquim, pois além de peixes, caranguejos e ostras que consumiam e vendiam nas vilas próximas, os índios aproveitavam as ostras das caieiras vizinhas à aldeia de Piraquê-Açú, para a produção de cal, um importante artigo de comércio.

Uma das mais evidentes demonstrações da presença indígena no litoral do Espírito Santo, foi a necessidade da Coroa portuguesa de instalar diversos postos militares para conter as sucessivas reações dos Tupiniquim e outros grupos indígenas que não se submetiam à colonização. A implantação do posto militar de Comboios, dos quartéis em Regência e do Riacho, dos vários destacamentos à margem do rio Doce e em Piraquê-Açú, tiveram por finalidade evitar os ataques dos índios e proteger os caminhos dos viajantes e colonos, permitindo assim a expansão do projeto colonial português.

Na sua viagem, Saint-Hilaire descreveu a formação do destacamento militar indígena de Piraquê-Açú, instalado após um ataque dos índios Botocudos aos índios Tupiniquim, que viviam espalhados nas margens do rio Piraquê-Açú. Para evitar novos ataques, o Capitão-mór da Província ordenou que os Tupiniquim se juntassem para a formação do destacamento, convertendo alguns índios em soldados.

Em 1856, um mapa organizado pelo engenheiro João José de Sepúlveda e Vasconcelos assinala a existência de uma povoação de índios no Campo do Riacho, citada também por Luiz D'Alincourt e José Teixeira de Oliveira.

Em 1860, o Imperador D. Pedro II visitou a Província do Espírito Santo e esteve em Nova Almeida e em Santa Cruz onde acompanhou danças e cantos indígenas, fazendo ainda anotações sobre o vocabulário Tupiniquim que recolheu de uma "índia velha". Ao viajar para Linhares, estando perto das lagoas da região, D. Pedro II deparou-se com índios morando no Quartel D'Aguiar.

Os Tupiniquim de Comboios associam a história indígena do local ao feito heróico do ancestral Bernardo José dos Santos, o "caboclo Bernardo", personagem da história do Espírito Santo. Em 1887, Bernardo José, vivendo como pescador em Comboios, arriscou sua vida para salvar a tripulação de um navio-escola da Marinha Imperial, que estava naufragando no pontal do rio Doce, fronteiro a Comboios. Levado à presença da Princesa

Isabel, que o condecorou, Bernardo não quis nenhum benefício, apenas que as terras de Comboios fossem destinadas permanentemente para todos os "caboclos", segundo a versão dos Tupiniquim atuais.

Logo após a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, é instalada a Inspetoria do Espírito Santo. De acordo com os relatórios de 1912 e 1919, do inspetor do SPI no Espírito Santo, Antonio Estigarribia, havia grande número de índios de língua tupi mais ou menos civilizados, localizados nas margens das lagoas do baixo rio Doce e no litoral próximo, que viviam da lavoura e da tiragem de madeira.

O SPI, no entanto, pouco fez pelos Tupiniquim já que a habitual escassez de recursos do órgão determinava que as prioridades de ação deveriam ser voltadas para assegurar os interesses econômicos que moviam a expansão da fronteira agrícola naquela época. A pacificação dos índios Botocudos que estavam impedindo a construção das estradas de ferro Bahia-Minas e Vitória-Minas, que atravessavam seus territórios tradicionais, é exemplo dessa prioridade.

O relatório de Samuel Lobo, Inspetor do SPI no Espírito Santo em 1924, afirmava que no território de ação da Inspetoria, havia um grande contingente de silvícolas em estado de semi-selvageria e de índios civilizados que viviam ao abandono. Lobo havia identificado índios Tupiniquim entre os "assistidos e protegidos das diversas nações".

Apesar da falta de assistência do SPI, os índios Tupiniquim seguiam mantendo a posse de seu território imemorial no litoral e nas matas de Santa Cruz e reproduziam suas relações tradicionais com a terra, onde cada grupo doméstico se agregava ao seu roçado, o que implicava a dispersão espacial dos índios por uma vasta área em aldeias e localidades conhecidas como: Caieiras Velhas, Irajá, Pau Brasil, Comboios, Amarelo, Olho D'Água, Porto da Lancha, Araribá, Braço Morto, Areal, Sauê, Gimuhúna, Macaco, Piranema, Potiri, Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Córrego do Morcego.

Embora detivessem a posse de seus territórios de ocupação tradicional, os índios Tupiniquim não tinham por parte do Governo do Estado do Espírito Santo, nem por parte do Governo Federal, o reconhecimento oficial dos direitos de posse sobre suas terras. Assim, a partir da década de 40, as terras dos índios Tupiniquim, então consideradas como terras devolutas, foram sendo ocupadas por novos ciclos de desenvolvimento econômico que desconhecera sua existência e comprometeram seriamente sua capacidade de reprodução física e cultural.

As atividades da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), na década de 40, aceleraram o processo de destruição das florestas da mata atlântica existentes nas terras dos índios Tupiniquim, que foram convertidas em carvão vegetal, pastagens e plantações de café.

A implantação da Aracruz Floresta na década de 60, depois Aracruz Celulose S.A., implicou enormes transformações sócio-ambientais para os índios Tupiniquim, que perderam 30 mil hectares de florestas nativas, substituídas por plantações homogêneas de eucaliptos. Indefesos diante das intimidações e violências cometidas por prepostos dessa empresa (cf. Relatório GT Portaria 0783/94, fls. 67 - 69) e sem contar com o apoio decisivo da Funai, aos índios Tupiniquim restou apenas um exíguo e degradado território aonde não mais era possível estruturar suas vidas conforme seus usos e costumes tradicionais.

Diante das dificuldades que passaram a viver - perda da posse das terras tradicionalmente ocupadas, desmatamento, desaparecimento de córregos e rios, redução das terras disponíveis para a agricultura e escasseamento da fauna - os índios Tupiniquim dinamizaram a sua organização comunitária, fazendo surgir a categoria social do Capitão e do Conselho Comunitário como instrumentos de ação para lutarem pela recuperação de suas terras de ocupação secular.

#### HABITAÇÃO PERMANENTE

Na Terra Indígena de Comboios existe uma aldeia e um Posto Indígena às margens do rio Comboios, na altura da Vila do Riacho. Além dessa aldeia, há habitações indígenas dispersas ao norte e ao sul da área, nos locais denominados pelos índios de "Comboios de cima" e "Comboios de baixo". No censo realizado a 31 de maio de 1994 pelo chefe do Posto Indígena Comboios, e adotado pelo GT no seu relatório, encontrou-se 243 habitantes em Comboios, distribuídos por toda a Terra Indígena. Na aldeia existente junto ao posto estimamos a localização de 12 famílias indígenas, de 100 a 120 Tupiniquim.

Recuperando apenas algumas informações mais recentes, assinalamos que a viagem do Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied pelo litoral norte do Espírito Santo, antigos mapas provinciais, e a história do "caboclo Bernardo" são algumas das várias evidências da ocupação da região de Comboios pelos Tupiniquim, desde a época colonial. Pelas suas condições geográficas, Comboios pode ser considerada uma região de refúgio, frente à lenta ocupação do litoral na região. No início do século, segundo os informantes indígenas, as condições de sobrevivência eram boas, melhores até que no continente.

Segundo os Tupiniquim mais idosos, eles sempre ocuparam toda a extensão da restinga de Comboios de forma dispersa. A localização da atual aldeia é resultado da fixação de algumas famílias que retornaram à área após a grande enchente de 1979, consolidada posteriormente com a criação do Posto Indígena Comboios junto a esse núcleo. Em toda a Terra Indígena sempre existiram roçados contíguos aos grupos domésticos, mantendo a sedentarização do grupo.

DOU  
13.01.97  
Sec 1  
660.61

### ATIVIDADES PRODUTIVAS

O solo de Comboios é arenoso, ácido, de baixa fertilidade, e seu manejo pouco supera essa realidade. Para trabalhar nesse terreno pobre, as famílias Tupiniquim dividiram a Terra Indígena em glebas e roçados, cortando Comboios verticalmente, da praia ao rio. Cabe assim a cada família o usufruto de uma área adjacente à sua moradia. Os homens trabalham na roça, plantando mandioca, abóbora, melancia, abacaxi, cana-de-açúcar e pimenta. Nas várzeas, em consequência do assoreamento do rio Comboios, cultivam feijão, milho e hortaliças. Devido às condições do terreno, predominam os roçados de mandioca, já que o solo é tido pelos Tupiniquim como o mais adequado para esse tipo de cultura.

Em Comboios, as atividades de subsistência se concentram no trabalho agrícola, principalmente no plantio e processamento da mandioca, ainda mantendo técnicas seculares de cultivo, colheita e preparo nos "quitungos", ao lado de casas de farinha movidas a energia elétrica. O excedente da produção de farinha é comercializado na Vila do Riacho, ocasião em que os índios obtêm recursos para a aquisição de outros alimentos e produtos variados.

Até há poucos anos, a pesca significava uma importante fonte de alimentos para os índios, pois o rio Comboios era muito piscoso. Nessa época, foi realizada uma grande obra de dragagem de lagoas, realizada nas cabeceiras do rio, que tornaram barrentas e poluídas suas águas límpidas, ocasionando o desaparecimento de inúmeras espécies de peixes. Assim, se a pesca marítima é realizada pelos índios em pequena escala, pouco contribuindo para o regime alimentar, a pesca no rio Comboios, anteriormente uma atividade essencial à sobrevivência indígena, hoje tem poucos resultados, piorando ainda mais as condições de vida dessa comunidade Tupiniquim.

Praticamente não há caça em Comboios. Uma das iniciativas que os índios adotam para incluir carne na sua alimentação é a criação doméstica de aves e porcos. Os Tupiniquim ainda coletam mel e frutos silvestres, e produzem pouco artesanato, restrito ao uso pessoal e doméstico, devido à falta de matéria-prima na região.

Diante de tais condições de sobrevivência, muitos Tupiniquim, principalmente os mais jovens, buscam trabalho fora da Terra Indígena. Outra fonte de renda para os índios em Comboios são as aposentadorias rurais.

A necessidade de projetos agrícolas hoje é proporcional à pouca representatividade de outras atividades econômicas para a sobrevivência dos Tupiniquim de Comboios. De um lado a FUNAI tenta desenvolver projetos agrícolas em parceria com a Aracruz Celulose, a EMATER e a Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (PRÓ-TAMAR). Por outro, a equipe de pastoral da Diocese de Colatina desenvolve junto aos índios projetos de "mutirão agrícola".

### MEIO AMBIENTE

Os Tupiniquim de Comboios vivem atualmente em condições ambientais de acelerada degradação, o que coloca em risco o futuro dessa comunidade. Rio poluído, mata de restinga devastada, solo arenoso e ácido, de baixa fertilidade, formam um quadro que, somente através de ações coletivas envolvendo a maioria dos indígenas em diversas parcerias, se pode ter esperanças de reverter essa perspectiva.

Hoje os recursos naturais existentes em Comboios estão quase esgotados, havendo sérios riscos de desertificação da área, pois resta apenas uma pequena faixa de mata paralela à praia após o desmatamento da região. Caso isso ocorra, os índios não terão do que viver e se verão obrigados a abandonar a área.

A técnica agrícola empregada em todas as três terras Tupiniquim é a da "coivara". Após a colheita, os índios tentam recuperar o solo, deixando-o em repouso, quando então o capoeirão toma o terreno. Através de um rodízio, o solo de uma determinada área é reabilitado para futuros plantios, esquema hoje obrigatório devido aos limites da terra oficialmente demarcada.

A poluição do rio Comboios após a realização de obras de dragagem nas suas cabeceiras, e a proibição da pesca da tartaruga gigante, além da coleta de seus ovos, atingiu antigos hábitos alimentares dos Tupiniquim. Os índios já foram convencidos pelos técnicos do IBAMA e do projeto TAMAR da importância da preservação das tartarugas, passando a colaborar na luta contra sua extinção.

Diante dessa realidade de escassez, havendo poucas alternativas de manejo de recursos naturais, através das parcerias da FUNAI, é que os índios de Comboios construíram sua atual reivindicação. Dependem apenas das atuais condições existentes em Comboios e conformar-se com a imediata ampliação da situação de extrema miséria em que vivem muitas famílias dessa Terra Indígena. Por isso a ampliação de Comboios, com a anexação de um grande trecho de mata virgem e outros terrenos para plantio, é indispensável para o estabelecimento de condições mínimas de sobrevivência e bem-estar econômico e cultural para os Tupiniquim.

### REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

No censo datado de 31/05/94, encontramos 243 habitantes em Comboios, sendo 104 do sexo feminino e 139 do sexo masculino.

Há discrepâncias entre a população masculina e feminina, em algumas faixas etárias, principalmente naquelas onde ocorrem casamentos. Para equilibrar essa realidade, esses índios buscam matrimônios em outras localidades Tupiniquim, ou estabelecem casamentos interétnicos, com regionais.

Em campo e na pesquisa documental posterior, não tivemos acesso a quaisquer outros dados demográficos anteriores, e não ser os que constavam dos antigos processos Tupiniquim. Num desses processos, consta que a antropóloga Sônia Marcato, em 1980, encontrou 162 Tupiniquim em Comboios. Eram os índios que permaneceram na área após a grande enchente do rio Comboios, em 1979. Comparados esses números com os atuais, verifica-se que a população de Comboios pouco cresceu daquela época até 1994, já que pelo menos cinco famílias retornaram à área no final dos anos 80. As explicações desse fato devem ser buscadas nas crescentes dificuldades de sobrevivência nos limites da Terra Indígena. Por outro lado, observamos que mais de 40% dos atuais habitantes estão na faixa etária de 0 a 10 anos - o que assinala uma alta taxa de natalidade após a garantia da terra, projetando um elevado crescimento populacional para o futuro.

As famílias de Comboios se unem através da música e da dança nas festas religiosas e nos bailes de viola. Hoje já não há mais a "dança do tambor" ou "banda de congos" na Terra Indígena, pois a enchente de 1979 destruiu todos os instrumentos - os Tupiniquim dizem que apodreceu tudo - e os mais velhos desanimaram de continuar a tradição, passando então os índios a participar da "dança do tambor" na localidade de Caieiras Velhas.

Os Tupiniquim de Comboios não possuem religião própria. Todos são filiados a alguma religião (católica, batista, pentecostal, etc.), mas a grande maioria se diz católica. Em Comboios só encontramos uma igreja católica construída há pouco tempo pelos próprios índios. São eles que celebram seus cultos religiosos aos domingos, da mesma forma que participam do calendário católico (dias santos, festas, etc.). Enterram seus mortos na Vila do Riacho, com rituais católicos, desconhecendo locais de sepultamento dos ancestrais em Comboios. Entretanto, já descobriram alguns sítios contendo fragmentos de antiga cerâmica indígena na faixa litorânea, próxima à praia.

Assim, no que cabe à reprodução simbólica do grupo, as atividades podem se limitar à área atual da Terra Indígena, como a intercâmbios com diversas localidades Tupiniquim. A necessidade de ampliação da Terra Indígena não irá interferir na reprodução cultural dos Tupiniquim, e sim possibilitar a sua sobrevivência física condigna num quadro de maiores ofertas de recursos naturais.

A atual proposta de ampliação da Terra Indígena Comboios está baseada na antiga posse indígena de toda essa região, onde viviam tradicionalmente em várias localidades, antes da entrada de projetos econômicos de ampla escala em todo litoral norte do Espírito Santo. Para superar as crescentes dificuldades de sobrevivência física em Comboios, e visando atividades de coleta e plantio em larga escala, os índios elegeram, junto com os técnicos do GT, um dos últimos trechos de mata de restinga ainda preservada naquela região, além de uma área atualmente sob domínio da Aracruz Celulose S.A.



## LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Os procedimentos iniciais adotados pela FUNAI para a identificação e delimitação da Terra Indígena Comboios foram realizados pelo subgrupo de trabalho Portaria 406/E/78, que constatou que 23 famílias de remanescentes Tupiniquim viviam em Comboios, muito antes desta área ser declarada pelo Governo do Estado do Espírito Santo, Parque Biológico do Leste, em 1953 (v. Proc. Funai 3649/75 fl. 147).

Posteriormente, o relatório do GT Portaria 565/E/79, recomendava que cerca de 2300 ha da área, que era então Parque Biológico do Leste, fossem transformados em Reserva Indígena, a fim de garantir terras para as 23 famílias de Tupiniquim que ali viviam, bem como para permitir o reassentamento de outras famílias Tupiniquim que se encontravam dispersas em locais de antiga ocupação indígena como Vila Nova, Barra do Riacho, Potyri e Barra do Sahy (v. Proc. Funai 3649/75 fl. 318).

As recomendações contidas no relatório GT Portaria 565/E/79 foram transformadas pela Funai na Portaria 609/N/79, que declarava a área de Comboios como área de ocupação tradicional dos índios Tupiniquim com 2300 ha de superfície (v. Proc. Funai 3649/75 fls. 264 - 269).

A homologação da Terra Indígena Comboios em 1983 não assegurou condições dignas de sobrevivência para os índios Tupiniquim. Vivendo em áreas descontínuas, o que dificulta a manutenção dos laços de solidariedade e das relações de parentesco entre Comboios e as outras comunidades Tupiniquim, os índios demonstraram sua insatisfação com as condições bastante precárias de vida devido a baixa fertilidade do solo e a degradação do meio ambiente.

Diante dessa situação, os Tupiniquim encaminharam uma proposta de unificação das três Terras Indígenas ao Presidente da Funai (v. Proc. Funai 1632/93 fls. 1- 3 e croqui anexo), que, ao reconhecer a procedência das reivindicações dos Tupiniquim, nomeou o grupo de trabalho Portaria 0783/94 de 30.08.94, para reestudar os limites das áreas indígenas de Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios.

O Relatório do GT Portaria 0783/94 concluiu que uma vasta área do atual município de Aracruz, localizada na faixa entre a antiga aldeia de Areal e o litoral do município, era de fato secularmente ocupada pelos índios Tupiniquim. No entanto, a proposta de unificação das três áreas indígenas não seria viável já que ela englobava todo o sistema de infra-estrutura pluvial e lacustre da fábrica da Aracruz Celulose.

Sendo assim, uma nova proposta, elaborada com a participação das lideranças indígenas das três Terras Indígenas, definiu que Caieiras Velhas e Pau Brasil seriam unificadas enquanto que Comboios seria ampliada para uma superfície de aproximadamente 3.800 ha e perímetro de 51 km.

O GT Portaria 0783/94 constatou ainda a existência de 11 posseiros ocupando diversos pontos da Terra Indígena Comboios. A situação dos Tupiniquim se agrava pois os posseiros disputam com os índios os escassos recursos naturais da área. A maioria dos posseiros se instalou em Comboios antes da definição da Terra Indígena, em 1983. Assim é necessário que sejam tomadas medidas urgentes para o reassentamento dos posseiros de modo que apenas os índios Tupiniquim façam uso dos recursos existentes naquelas terras.

Esses posseiros foram identificados no levantamento fundiário realizado pelo GT OS nº 008/SUAF/91, em setembro de 1991, quando foram coletados os títulos de posse existentes. A relação dos posseiros consta do relatório do GT 0783/94, às fls. 168-169. Eles desenvolveram diversas benfeitorias nas áreas indevidamente ocupadas, como o plantio de mandioca e de pequenas roças de subsistência.

Quando à área reivindicada pelos índios para ampliação, com 1.250 ha aproximadamente, toda sua extensão é de domínio da Aracruz Celulose S.A., desde sua entrada na região, no final dos anos 60. Desses 1.250 ha, uma parcela é ocupada pela última floresta de restinga da região, situada entre o rio Riacho e o rio Comboios. A outra está dividida entre várzeas de riachos e áreas de reflorestamento com eucalipto.

A Aracruz Celulose enviou ao GT sua documentação cartorial sobre a área, que teria sido adquirida de terceiros ou cedida pelo Estado (terras devolutas). No relatório do GT assinalamos a polêmica que envolve a entrada da Aracruz Celulose na região e as denúncias existentes na época sobre conflitos e violências, além da omissão, convivência e irregularidades do governo estadual. O cientista Augusto Ruschi, já falecido, efetuou boa parte dessas denúncias em vão.

Na documentação cedida pela Aracruz Celulose ao GT é notória a parceria do governo federal no estabelecimento de um empreendimento de tal porte, através de financiamentos e participações do BNDES.

## CONCLUSÃO

Os Tupiniquim de Comboios acompanharam permanentemente os trabalhos de campo do GT 0783/94, auxiliando no levantamento fundiário e antropológico.

Comboios é área de circulação e ocupação indígena secular. Ai os Tupiniquim não enfrentaram os problemas que seus parentes do continente tiveram com a Aracruz Celulose, pois esta indústria não se interessou pelos terrenos de restinga da antiga Reserva Biológica. Contudo, se defrontaram, ao longo deste século, com inúmeros invasores de terras na região, principalmente posseiros. O fato é que, mesmo depois de demarcada e homologada a Terra Indígena em 1983, poucos posseiros se afastaram da área, havendo relatos de conflitos e a presença da Polícia Federal em trechos da Terra Indígena (v. Processo nº 0122/89).

Por isso, quando se verificou a impossibilidade de unificação das atuais Terras Indígenas Tupiniquim, conforme a reivindicação inicial dos índios, foram os Tupiniquim de Comboios que mais lamentaram o fato, pois habitavam justamente na faixa de litoral onde cidades como Barra do Riacho impediam territorialmente a ocupação de áreas ancestrais.

A nova proposta que então surgiu, de ampliação das terras dos Tupiniquim de Comboios, foi definida de comum acordo com as lideranças não só de Comboios, como das outras duas Terras Indígenas Tupiniquim. Esses limites, definidos consensualmente, abrangem córregos, áreas de mata de restinga conservada, áreas de reflorestamento e estão a seguir discriminados no memorial descritivo e carta topográfica da proposta de ampliação da Terra Indígena Comboios. Esta ampliação objetiva o cumprimento no disposto constitucional, art. 231 e parágrafos, e imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A T. I. Comboios tem seus limites a seguir discriminados no Memorial Descritivo e Carta Topográfica da área.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1996

Carlos Augusto da Rocha Freire  
Coordenador do GT 0783/94

Carlos Alberto Montes Perez  
Pesquisador do Museu do Índio

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF  
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO - DEM  
MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Denominação  
Terra Indígena COMBOIOS  
Aldeias Integrantes  
Comboios e habitações dispersas  
Grupo Indígena  
Tupiniquim  
Localização

Município: Aracruz

Estado: Espírito Santo

Administração Regional: ADR Governador Valadares

Extremos	Coordenadas dos Extremos	
	Latitude	Longitude
Norte :	19°41'45" S	39°57'41" Wgr
Leste :	19°41'55" S	39°55'54" Wgr
Sul :	19°49'49" S	40°03'32" Wgr
Oeste :	19°48'05" S	40°04'51" Wgr

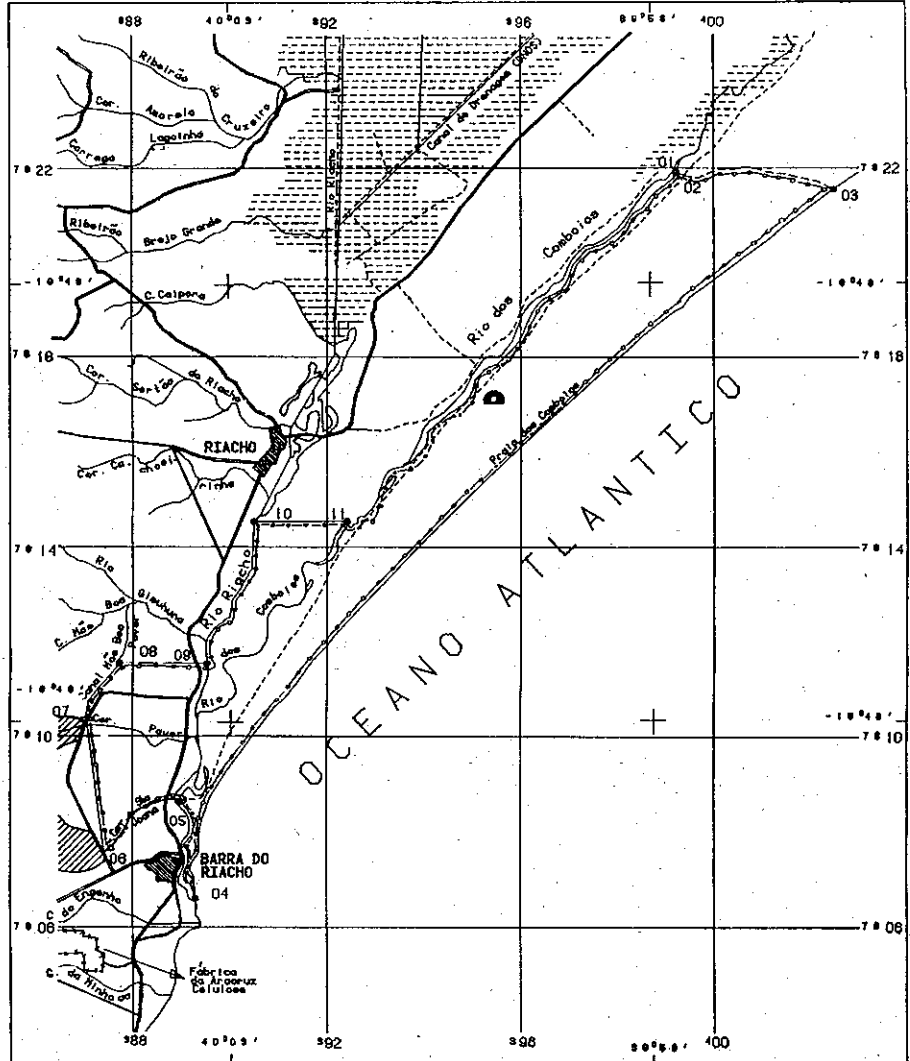
Nomenclatura	Base Cartográfica	Escala	Órgão	Ano
SE 23-Y-D-IV e SE 24-Y-D-V		1:100.000	D S G	1979

Superfície: 3.800 ha (três mil e oitocentos hectares) aproximadamente.

Perímetro: 51 km (cinquenta e um quilômetros) aproximadamente.

Descrição do Perímetro

NORTE: a presente descrição perimétrica inicia-se no Ponto 01 de coordenadas geográficas 19°41'44,561" S e 39°57'40,530" Wgr, situado na margem esquerda do Rio Comboios; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°48'56,2" e 77,15 metros, até o Ponto 02 de coordenadas geográficas 19°41'45,745" S e 39°57'38,194" Wgr, situado no cruzamento da estrada carroçável que dá acesso à terra indígena com a estrada carroçável que dá acesso ao Oceano Atlântico; daí, segue pelo lado direito da estrada que dá acesso ao Oceano Atlântico com uma distância de 3.224,27 metros até o Ponto 03 de coordenadas geográficas 19°41'54,992" S e 39°55'53,708 Wgr, situado na praia do Oceano Atlântico. LESTE: do ponto antes descrito, segue pela praia do Oceano Atlântico, sentido sudoeste, com distância de 20.125,98 metros, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas 19°49'48,801" S e 40°03'31,734" Wgr, situado na margem esquerda do Rio Riacho, próximo à sua foz no Oceano Atlântico. As coordenadas geográficas dos pontos 01; 02; 03 e 04 são coincidentes respectivamente, com as dos pontos M-10; P-58; M-11 e M-0 do Decreto nº 88.601/83 de homologação da A. I. Comboios. SUL: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Rio Riacho, a montante, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 19°48'50" S e 40°03'41" Wgr, situado na foz do Córrego Santa Joana; daí, segue pela margem esquerda do citado córrego, a montante, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 19°49'28" S e 40°04'30" Wgr, situado próximo de uma barragem da Aracruz Celulose. OESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 352°40' e 2.280 metros, até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 19°47'55" S e 40°04'42" Wgr, situado próximo de outra barragem da Aracruz Celulose, junto a um canal; daí, segue pelo citado canal, margem esquerda, a montante, até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 19°47'17" S e 40°04'20" Wgr, margeando uma estação elevatória da Aracruz Celulose; daí, segue por uma linha reta, confrontando com a propriedade do Sr. Glauro Loureiro, com azimute e distância aproximados de 91°35' e 1.775 metros, até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 19°47'19" S e 40°03'19" Wgr, situado na margem esquerda do Rio Riacho; daí, segue pelo citado rio, margem esquerda, a montante, até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 19°45'44" S e 40°02'43" Wgr situado no limite da propriedade do Dr. Marcelo Roberto Fundão Pessoa. daí, segue pela cerca divisória da propriedade citada acima, com azimute e distância aproximados de 88°45' e 1.900 metros, até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 19°45'43" S e 40°01'38" Wgr, situado na margem esquerda do Rio Comboios; daí, segue pelo citado rio, margem esquerda, a montante, até o ponto 01, inicial da presente descrição perimétrica. Técnico responsável pela identificação dos limites: Manoel Francisco Colombo, engenheiro agrimensor, DEM/DAF, CREA SP 64.889/D.



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
  - PONTO DEFINIDOR DE LIMITE
  - CURSO D'ÁGUA
  - ALDEIA
  - ESTRADA PAVIMENTADA
  - ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO PERMANENTE
  - ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO PERIÓDICO
  - CAMINHO OU TRILHA
  - BARRAGEM
  - CIDADE/POVADO

<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA                  FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI                  DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</p>			
DENOMINAÇÃO: <b>TERRA INDÍGENA COMBOIOS</b>		PLANTA DE DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: <b>A R A C R U Z</b>		SUPERFÍCIE APROX. : 3.200 ha	PERÍMETRO APROX. : 51 Km
ESTADO: <b>ESPIRITO SANTO</b>		ESCALA: 1/100.000	DATA: 16/01/86
ABR. REGIONAL: GOV. VALADARES		PROCESSO:	SEM CARTORIZADA: MI-2542/2543
TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS LIMITES CARLOS ALBERTO R. FREIRE ATUALIZADO PLANO DE SOLO - RJ	TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES MARCELO FRANCISCO COLARES ENG. AGRÔNOMO - UNIRAP LUIZ R. DE SAZ	VZTO CHEFE DO SGT.:	PORTARIA Nº